



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

ATA N.º 01/2020

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, pelas dezoito horas e trinta minutos, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, nesta cidade de Lagoa - Açores, sob a Presidência de José Manuel Dias Pereira, do Primeiro Secretário Manuel António Rodrigues e da Segunda Secretária Graça de Lurdes Resendes Costa. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Pedro Alexandre Gomes Marques, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Edite Souto de Freitas Preto, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Vítor Manuel Medeiros Sousa, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, José Eduardo da Cunha Pacheco, André Carvalho Almeida, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Carla Mota Martins Galvão, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes e Maria dos Anjos da Silva Costa Silva.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina de Fátima Silva Calisto, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Esteve presente o Senhor Mário Rui Farias Pacheco, representante do Bloco de Esquerda, no Concelho de Lagoa, que interveio no período de intervenção aberto ao público.

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Saudou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos, nesta primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal, do ano de 2020.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da quinta sessão ordinária, de 17 de dezembro de 2019.

A ata foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na votação os membros Pedro Alexandre Gomes Marques, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros e André Carvalho Almeida, porque não estiveram presentes naquela sessão, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 18 de dezembro de 2019 a 27 de fevereiro de 2020, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes e Maria dos Anjos da Silva Costa Silva foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2020.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL JOSÉ PACHECO:

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, deu boa noite a todos e expôs que no final desta sessão irá apresentar a renúncia ao seu mandato. Informou que, como já é do conhecimento público, vai abraçar outro projeto político e de acordo com a legislação não é compatível a sua continuidade neste Órgão Deliberativo. Agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a paciência que teve com ele e pediu desculpa por algum momento mais exuberante. Agradeceu, também, a oportunidade que a democracia lhe proporcionou de participar nesta Assembleia Municipal e poder defender a sua terra e as suas gentes. Felicitou a Câmara Municipal, porque finalmente ultrapassou as barreiras tecnológicas e transmitiu hoje, em direto, as sessões do Encontro Regional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras. Ficou satisfeito com a iniciativa e poderá ser que em breve as sessões desta Assembleia Municipal passem também a ser transmitidas, de forma a poder acompanhá-las.

O Deputado Municipal José Pacheco apresentou a seguinte recomendação: Faleceu há alguns anos, um ilustre Senhor da Freguesia da Ribeira Chã, o Senhor Manuel Clemente Almeida, foi uma figura notável, culta e de grande sabedoria, um contador de histórias e até falecer assegurou várias funções na Igreja Paroquial da Ribeira Chã, entre outras, e fez parte da equipa de trabalho do Senhor Padre João Caetano Flores. Em sua opinião, seria justo uma homenagem ao Senhor Manuel Clemente Almeida, pois foi uma pessoa que também contribuiu

para a história da Freguesia da Ribeira Chã. Sugeriu que fosse atribuído o nome do Senhor Manuel Clemente Almeida a uma das ruas da Freguesia da Ribeira Chã.

Mais referiu, o Deputado Municipal José Pacheco, que sempre defendeu a Freguesia da Ribeira Chã, a terra que lhe adotou, e solicitou à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal que a Freguesia da Ribeira Chã não fosse esquecida, apesar de ser a Freguesia mais pequena do Concelho de Lagoa, que seja acarinhada com a devida dignidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que foi um privilégio ter o Deputado Municipal José Pacheco nesta Assembleia Municipal, pois trouxe problemas da sua terra e se o fez com alguma energia, faz parte da sua maneira de ser e de enfrentar os problemas e não ficou nenhum registo negativo da sua passagem por este Órgão Deliberativo. Mais referiu, que no momento certo, será apreciada a recomendação apresentada pelo Deputado Municipal José Pacheco. Em relação à Freguesia da Ribeira Chã, respondeu que continuará a ser vista como sempre foi e como qualquer outra Freguesia do Concelho, com toda a atenção e no sentido de haver melhorias contínuas a favor das populações.

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL FREDERICO SOUSA:

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, deu boa noite a todos e desejou muito sucesso pessoal, profissional e político ao Deputado Municipal José Pacheco e independente das discussões mais acaloradas em determinados assuntos, a tomada de decisão foi legítima e ficou surpreendido, pela positiva, pela prática tomada pelo Deputado Municipal José Pacheco.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, em nome da Assembleia Municipal, apresentou um voto de reconhecimento à Senhora Presidente da Câmara Municipal por integrar o Comité das Regiões Europeu, que é um órgão consultivo composto por representantes eleitos de autoridades regionais e locais dos 27 países da União Europeia. A Senhora Presidente da Câmara Municipal já desempenhava as funções de Presidente da AMRAA - Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, mas ao integrar o Comité das Regiões Europeu será uma honra para o Concelho de Lagoa e para a Região Autónoma dos Açores.

A Assembleia Municipal concordou e aplaudiu o voto de reconhecimento apresentado à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, saudou todos os presentes e disse que fazia das palavras do Deputado Municipal Frederico Sousa as suas palavras, desejando muito sucesso ao Deputado Municipal José Pacheco, nesta nova etapa da sua vida.

Sobre o reconhecimento apresentado, a Senhora Presidente da Câmara Municipal agradeceu a todos esta distinção e explicou que a sua participação como membro do Comité das Regiões

Europeu foi uma indicação do país. A Delegação Portuguesa é composta por 12 membros efetivos e os Açores pela primeira vez têm dois representantes, o que para a Região Autónoma dos Açores é uma oportunidade para marcarem posição e defenderem as nossas causas insulares. Mais informou que ficou na Comissão dos Assuntos Sociais, Desporto, Educação e Cultura, que são matérias transversais às atividades das Câmaras Municipais. Ter assento nesta Comissão permitir-lhe-á acompanhar de perto os dossiers na Europa que poderão trazer benefícios para a Região e para o Concelho de Lagoa. Também ficou como efetiva na Comissão de Energia, Ambiente e Recursos Naturais, mas passou esta Comissão para o elemento suplente, pois optou por ficar só com uma Comissão, por falta de disponibilidade de tempo para as deslocações periódicas a Bruxelas.

Relativamente à situação da Freguesia da Ribeira Chã, a Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu que continuarão a ter o mesmo empenho e dedicação e nada mudará. A Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Chã, presente nesta sessão, poderá confirmar, que a Câmara Municipal de Lagoa tem tido sempre uma grande proximidade com a Freguesia da Ribeira Chã, com uma presença quase efetiva. Mais informou, que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Chã, enquanto principal representante da sua comunidade, é muitíssimo dinâmica e ativa, participando diariamente por e-mail os mais diversos assuntos relacionados com a sua Freguesia. Muitas das vezes não há equipas disponíveis para responder com a rapidez desejada, mas vão sempre tentando solucionar todas as situações.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2019 – ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO:

De acordo com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, foi presente o Relatório de Avaliação referente ao ano de 2019.

Por parte da Câmara Municipal foi cumprido o estabelecido no n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, pois foi enviado o Relatório de Avaliação de 2019, para direito de

consulta prévia, aos titulares do direito de oposição, Vereadores do Partido Social-Democrata (PSD) e Membros da Assembleia Municipal do Partido Social-Democrata (PSD).

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, do Relatório de Avaliação de 2019, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição.

PONTO N.º 3 – RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO DE 2019 – PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Sobre o Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores, foi presente a informação acompanhada dos relatórios de execução referentes ao ano de 2019, com os exemplos de riscos e exemplos de medidas, elaborados pelos responsáveis dos respetivos Serviços: Contratação Pública; Concessão de Benefícios Públicos; Urbanismo e Edificação; Recursos Humanos e Gestão Financeira.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, dos relatórios de execução referentes ao ano de 2019, nos termos do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores.

PONTO N.º 4 – DECLARAÇÕES AO ABRIGO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO:

Pela Câmara Municipal foram presentes as Declarações, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, declarando que os compromissos plurianuais do Município de Lagoa, existentes a 31 de dezembro de 2019, se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais, que a 31 de dezembro de 2019, o Município de Lagoa não tinha pagamentos em atraso e a indicação de todos os recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2019.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, das referidas declarações, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do Artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na sua atual redação.

PONTO N.º 5 – CÓDIGO DE CONDUTA DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente o Código de Conduta do Município de Lagoa – Açores, o qual foi aprovado na reunião Camarária de 23 de janeiro de 2020, de acordo com a Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprovou o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que este é um documento novo, foi elaborado com base no projeto-tipo de Código de Conduta, remetido pela ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a todos os Municípios, tendo em conta o estabelecido no artigo 19.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprovou o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos. As ofertas de bens materiais ou de serviços de valor estimado superior a 150,00€, recebidas no âmbito do exercício de cargo ou função, são obrigatoriamente apresentadas na Câmara Municipal, conforme definido no respetivo Código de Conduta.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, do Código de Conduta do Município de Lagoa – Açores.

PONTO N.º 6 – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL PRÉMIO DE MÉRITO ACADÉMICO:

Foi presente a proposta do Regulamento Municipal Prémio de Mérito Académico, após o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, a qual foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 235, de 6 de dezembro de 2019, tendo sido incluído na proposta inicialmente apresentada o “Ensino Profissional”.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte votos a favor, sendo dezanove de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e um voto do membro do PSD, Ana Teresa Medeiros, e quatro abstenções dos membros do PSD, Ruben Cabral, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e quatro membros presentes:

1.º Aprovar o Regulamento Municipal Prémio de Mérito Académico, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 7 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA AMISM PARA O ANO DE 2020:

Pela AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel foi presente o ofício n.º 31/2019 P.13/2019 EXT, de 13 de dezembro de 2019, remetendo nos termos do n.º 3 do Artigo 22.º dos Estatutos da AMISM, cópia do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, daquela Associação, para o ano de 2020.

Refere o n.º 3 do Artigo 22.º dos Estatutos da AMISM que o plano e o orçamento são remetidos pelo Conselho de Administração às Assembleias dos Municípios associados, para seu conhecimento, no prazo de um mês após a aprovação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 8 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAGOA – 2019:

Pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lagoa (CPCJ) foi presente o ofício n.º 103/2020, de 30 de janeiro de 2020, remetendo o relatório anual da avaliação de atividades daquela Comissão de Proteção, referente ao ano de 2019, conforme disposto nos números 1 e 2 do artigo 32.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua atual redação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Dra. Vera Libório, na qualidade de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa, para apresentar o Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa – referente ao ano de 2019.

A Dra. Vera Libório, no uso da palavra, saudou todos os presentes e apresentou um PowerPoint com os dados relativos ao Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa, referente ao ano de 2019, bem como a caracterização processual, em 2019, e as modalidades de funcionamento da CPCJ, nomeadamente, a Modalidade Alargada, com 17 elementos e a Modalidade Restrita, com 9 elementos.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, agradeceu a apresentação efetuada pela Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa e defendeu que foi importante esta apresentação, pois ficaram todos com conhecimento do trabalho que foi desenvolvido naquela Comissão, sendo este um trabalho relevante e que não é visível. Sugeriu que, no próximo ano, fosse feita a evolução dos processos nos últimos anos.

A Deputada Municipal, Mónica Domingues, no uso da palavra, deu boa noite a todos e agradeceu a apresentação efetuada pela Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa. Destacou que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens funciona em regime de permanência e os elementos que a compõem podem ser chamados a qualquer hora ou em qualquer dia para resolver uma situação de proteção das crianças. Felicitou a Câmara Municipal de Lagoa por todo o apoio que presta à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lagoa, para que possam desenvolver o seu trabalho.

A Segunda Secretária da Mesa, Graça Costa, no uso da palavra, deu boa noite a todos e agradeceu à Assembleia Municipal por a ter designado para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa, pois tem sido benéfico trabalhar com os membros daquela Comissão e gratificante para a sua atividade profissional, na área da saúde. Ainda há muito trabalho que terá de ser feito, mas deu os parabéns à equipa da CPCJ de Lagoa pelo trabalho que têm desenvolvido naquela Comissão.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, deu os parabéns à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa por todo o trabalho desenvolvido. Informou que a

Câmara Municipal tem tido uma grande proximidade com os membros da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa e tem colaborado em tudo quanto lhe é possível.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a apresentação efetuada pela Dra. Vera Libório, na qualidade de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa e de todas as informações prestadas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa – 2019.

PONTO N.º 9 – OUTROS ASSUNTOS:

Conforme disponibilizado a todos os membros, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a introdução dos seguintes assuntos:

- Adenda ao Contrato de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 265.500,00 €;
- Proposta - Hasta pública para venda de prédio sito na Avenida do Mar, Freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa – Açores, para construção de Empreendimento Turístico;
- 1.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2020;
- Substituição de representantes no Conselho Municipal de Juventude.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes, concordar com a introdução dos referidos assuntos.

ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 265.500,00 €:

Pela Câmara Municipal foi presente a adenda ao Contrato de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 265.500,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, face à alteração da obra de Construção de estrutura metálica no polidesportivo dos Remédios – 20.000,00 € (vinte mil euros), quando inicialmente estava previsto a Construção de estrutura metálica no polidesportivo da Atalhada.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte votos a favor, sendo dezanove de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e um voto do membro do PSD, Ana Teresa Medeiros, e quatro abstenções dos membros do PSD, Ruben Cabral, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e quatro membros presentes:

1.º Aprovar a adenda ao Contrato de Empréstimo de Médio e Longo Prazo acima referida, de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PROPOSTA - HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE PRÉDIO SITO NA AVENIDA DO MAR, FREGUESIA DE SANTA CRUZ, CONCELHO DE LAGOA – AÇORES, PARA CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO TURÍSTICO:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta sobre a hasta pública para venda de prédio sito na Avenida do Mar, Freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa – Açores, para construção de Empreendimento Turístico, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O Município de Lagoa – Açores é proprietário de prédio sito na Avenida do Mar, Freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa – Açores;

Atualmente e historicamente – desde que foi adquirido -, este prédio não teve qualquer uso ou fim de interesse público, encontrando-se, inclusivamente e ininterruptamente, desocupado;

A Câmara Municipal não tem qualquer uso ou fim previsto ou previsível para aquele local, a curto, médio ou longo prazo;

Não obstante aquela inutilização, é público e notório que este prédio tem características de excelência e privilegiadas para a realização de investimento turístico, concretamente a edificação e exploração de unidade hoteleira de elevada qualidade, pois, nomeadamente, tem boa localização, acessibilidades e proximidade e ampla vista mar;

São competências e atribuições dos Municípios incentivar e promover o desenvolvimento e, consequentemente, o investimento privado por forma a criar riqueza, postos de trabalho no Concelho e estimular o demais comércio e sector empresarial local;

Neste sentido é uma mais-valia, até porque seria a primeira no concelho, a criação de uma Unidade Hoteleira de cinco (estrelas) no referido prédio, cfr. previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A, de 1 de março, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A, de 31 de maio e no artigo 2.º da Portaria n.º 55/2012, de 16 maio.

A sua edificação irá acarretar um investimento privado muito considerável no Concelho, com a consequente criação de vários postos de trabalho e criação de sinergias com os produtores, comerciantes e empresários locais. Também tinha a mais-valia de integrar/reforçar a posição do Concelho no universo turístico / hoteleiro de elevada qualidade, designadamente o de 5 estrelas;

Em todo o caso, é essencial precaver e preservar, a longo prazo, a matriz do turismo de qualidade que se pretende para os Açores em geral e para o concelho de Lagoa em particular. Assim, com este procedimento, e de acordo com as suas Cláusulas Jurídicas e Técnicas, teve-se o cuidado de precaver e privilegiar qualidade do projeto a edificar, sendo certo que a sua edificação está limitada à capacidade / lotação máxima de 180 camas, que é, por um lado, equilibrado, adequado e proporcional para o local e para o tipo de turismo que se pretende (de média e baixa densidade) e, por outro, e viável e exequível atenta a tipologia pretendida e investimento necessário para o efeito.

Razão pela qual, revela-se do interesse público alienar, pelo justo preço, aquela parcela de terreno, em procedimento de hasta pública, para a finalidade única de subsequente edificação de unidade hoteleira de 5 (cinco) estrelas, nas condições melhor concretizadas nas peças de procedimento em anexo.

Assim, propõe que a Câmara Municipal delibere:

1.º Aprovar a proposta da Hasta Pública para venda de prédio sito na Avenida do Mar, Freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa – Açores, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2367, para construção de Empreendimento Turístico pelo preço base resultante da sua avaliação (em anexo) e nas condições e em conformidade com o conteúdo das correspondentes peças de procedimento (Cláusulas Jurídicas e Técnicas) e respetivos anexos;

2.º Submeter à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a referida proposta da Hasta Pública e correspondentes peças de procedimento (Cláusulas Jurídicas e Técnicas) e respetivos anexos, para os efeitos previstos na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte votos a favor, sendo dezanove de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e um voto do membro do PSD, Ana Teresa Medeiros, e quatro abstenções dos membros do PSD, Ruben Cabral, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e quatro membros presentes:

1.º Aprovar a proposta da Hasta Pública para venda de prédio sito na Avenida do Mar, Freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa – Açores, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2367, para construção de Empreendimento Turístico pelo preço base de 1.350.000,00€ (um milhão trezentos e cinquenta mil euros), e nas condições e em conformidade com o conteúdo das correspondentes peças de procedimento (Cláusulas Jurídicas e Técnicas) e respetivos anexos, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2020:

Pela Câmara Municipal foi presente a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2020, que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 1.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos (1.ª Revisão) do corrente ano, de acordo com o preconizado no SNC-AP, na sua atual redação.

Anulação de obra

07010302 – Obra n.º 6/I/2017 – Construção de Pavilhão - Estrutura Metálica no Polidesportivo da Atalhada – 131.600,00 €

Criação de obra

07010302 – Obra n.º 5/I/2020 – Construção de Pavilhão - Estrutura Metálica no Polidesportivo dos Remédios – 131.600,00 €.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com vinte votos a favor, sendo dezanove de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e um voto do membro do PSD, Ana Teresa Medeiros, e quatro abstenções dos membros do PSD, Ruben Cabral, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e quatro membros presentes:

1.º Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

3.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

SUBSTITUIÇÃO DE REPRESENTANTES NO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE:

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de substituição de representantes no Conselho Municipal de Juventude, que abaixo se transcreve:

“Considerando a designação da Assembleia Municipal de membros para o Conselho Municipal da Juventude, e dando cumprimento à alínea h) do ponto 3.º do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, solicita-se a V. Exa a substituição dos conselheiros Paulo Clemente Ventura Raimundo e Tiago Manuel Cruz Sousa com os motivos de ultrapassar a idade de 35 anos e pedido de escusa remetido via e-mail, respetivamente.

Mantêm-se válidas as nomeações dos conselheiros André Carvalho Almeida, José Eduardo da Cunha Pacheco e Luís Paulo Costa Moniz.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o nome do Brian Corey Câmara Tavares, para substituir o conselheiro Paulo Clemente Ventura Raimundo.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, informou que em sua substituição, no Conselho Local de Juventude, ficará o Deputado Municipal Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes e na próxima sessão, indicarão o representante, até aos 35 anos, residente no Concelho para integrar o Conselho Local de Juventude, em substituição do conselheiro Tiago Manuel Cruz Sousa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes:

1.º Indicar o seguinte representante, até aos 35 anos, residente no Concelho para integrar o Conselho Local de Juventude:

- Brian Corey Câmara Tavares;

2.º Designar o membro Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, para integrar o Conselho Local de Juventude, em substituição do membro José Eduardo da Cunha Pacheco;

3.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que estava aberto o período de intervenção do público e passou a palavra ao Senhor Mário Rui Farias Pacheco, que manifestou a intenção de intervir.

O Senhor Mário Rui Farias Pacheco, no uso da palavra, saudou todos os presentes e perguntou se o HIA – Hospital Internacional dos Açores já tinha transferido a sua sede para o Concelho de Lagoa. Esta questão já tinha sido colocada pelos Senhores Vereadores da Oposição, mas não teve conhecimento da resposta.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que o HIA - Hospital Internacional dos Açores já tem a sua sede no NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, no Concelho de Lagoa – Açores.

O Senhor Mário Rui Farias Pacheco expôs que, no passado mês de setembro, estava a passar e viu um trabalhador da Câmara Municipal a administrar químicos, para matar as ervas daninhas junto à porta do Centro de Saúde de Lagoa, em horário de expediente, e, em seu entender, esta situação não é permitida por lei.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que, neste momento, não sabe em que circunstância este facto terá ocorrido. Informou que, desde o início do ano passado, que a Câmara Municipal aboliu a aplicação de glifosato e herbicidas, em locais públicos, nomeadamente, perto das escolas, lar de idosos, jardins públicos e Centro de Saúde e passou a usar o sistema de morda térmica para controlo de infestantes nas zonas urbanas. Mais referiu que o Senhor Mário Rui Farias Pacheco deveria ter alertado os Serviços da Câmara Municipal, no dia em que verificou aquela situação, para serem apurados os factos. Não faz qualquer sentido, aquele serviço ter sido efetuado por um trabalhador da Câmara

Municipal quando existe uma empresa a prestar serviço através do sistema de munda térmica. Sugeriu se, eventualmente, verificar algo semelhante para contatar de imediato os Serviços da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença do Senhor Mário Rui Farias Pacheco nesta sessão da Assembleia Municipal e os esclarecimentos prestados pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

RENÚNCIA AO MANDATO:

O Deputado Municipal José Pacheco entregou o documento com a renúncia ao seu mandato, cujo teor abaixo se transcreve.

“Eu, José Eduardo da Cunha Pacheco, deputado eleito pelas listas do Partido Social Democrata, para a Assembleia Municipal de Lagoa, venho por este meio expressar a minha livre vontade de renunciar ao meu mandato.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Antes de dar por terminada esta sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, as intervenções e os esclarecimentos prestados.

Sem mais assuntos a tratar, sendo dezanove horas e vinte e seis minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
